

ATA 25/08 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos 16 dias do mês de outubro de 2008, tendo por local o Auditório da Secretaria Municipal da Saúde, na Avenida João Pessoa, 325 e com início as 18:30 horas, realizou-se mais uma Plenária do Conselho Municipal da Saúde de Porto Alegre, com a seguinte proposta de pauta: 1)Abertura, 2)Faltas Justificadas, 3)Avaliação e Votação Ata 23/08; 4)Pareceres SETEC, 062/08, 063/08, 064/08, 065/08. 5)Informes, 6)Pauta Principal: a)Resposta do Secretário ao Documento “Ato Em Defesa da Vida”, b)Termo de Compromisso Murialdo e c)Resolução 37/08. Estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: 1)NEI CARVALHO, 2)ABDON MEDEIROS FILHO, 3)REJANE HAIDRICH, 4)FLÁVIO BECCO, 5)MARTA MARCANTONIO, 6)ANTONIO LOSADA, 7)CLODOMAR FREITAS, 8)MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, 9)IONE TERESINHA NICHELLE, 10)PAULO GOULART DOS SANTOS, 11)ZILDA DE MORAES MARTINS, 12)MARIA IVONE DILL, 13)MARIA ENCARNACION MORALES ORTEGA, 14)ELEN MARIA BORBA, 15)HELOISA HELENA ROUSSELET DE ALENCAR, 16)RENE MIGUEL ALVES, 17)JOSÉ CARLOS SILVEIRA VIEIRA, 18)CARLOS PINHEIRO, 19)GILMAR CAMPOS, 20)LAUDENIR MACHADO DE FIGUEIREDO, 21)TANIA LEDI DA LUZ RUCHINSQUE, 22)LINDSEY MARILYN DA SILVA LARSON, 23)SALETE CAMERINE, 24)SANDRA MELLO PERIN, 25)VERA TERESINHA RAMOS LEONARDI, 26)ADRIANA ROJAS, 27)ANA CLAUDIA DE PAULA, 28)ISIS AZEVEDO DA SILVEIRA, 29)SILVIA GIUGLIANI, 30)IGNEZ MARIA SERPA RAMMINGER, 31)KAREM RAMOS CAMARGO, 32)MARIA REJANE SEIBEL, 33)JAIRO FRANCISCO TESSARI, 34)ALCIDES POZZOBON, 35)ROGER DOS SANTOS ROSA, 36)IZOLDA MACHADO RIBEIRO, 37)JAMES MARTINS DA ROSA, 38)NEWTON MUNHOZ, 39)MARCIA NUNES. Os conselheiros suplentes presentes eram: 1)JOÃO BATISTA FERREIRA, 2)MIRIAM FRANÇA, 3)ERNANI TADEU RAMOS, 4)WALMIR LABATUT, 5)OSCAR PANIZ, 6)CLAUDIO B CHAVES, 7)SILVIA DUARTE, 8)CLAUDIA FELDMANN. Justificaram suas faltas: **Masurquete de Azevedo Coimbra, José Antonio dos santos, Márcia Chaves Moreira, Jonas Mendonça.** A Coordenadora MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA, dando prosseguimento a Plenária, solicita se há alterações a serem propostas para a Ata 23;08, entregue na Plenária passada. Nada havendo é encaminhada a votação sendo aprovada por 13 votos favoráveis, nenhum contrário e 7 abstenções. Prosseguindo, a Coordenadora encaminha a leitura dos Pareceres, pela Coordenadora da SETEC, Conselheira ELEN BORBA. Apresenta o **PARECER 062/08 – HOSPITAL ESPIRITA DE PORTO ALEGRE, Plano de Aplicação da Nota Solidária, 15ª Etapa. Recurso do Governo do Estrado. Valor de R\$ 15.972,54.** Os conselheiros são consultados para eventuais esclarecimentos e nada havendo é encaminhado o Parecer para votação sendo aprovado por 20 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **PARECER 063/08 – HOSPITAL ESPIRITA DE PORTO ALEGRE. Prestação de Contas do Plano de Aplicação da 14ª Etapa do Programa A Nota Solidária, valor de R\$ 17.150,99. Recursos do Governo do Estado do RS.** Encaminhado para votação, é aprovado por 23 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **PARECER 064/08 – HOSPITAL PARQUE BELEM. Programa “Saúde Perto de Você”.** Encaminhado para votação é aprovado por 22 votos favoráveis, nenhum contrário e 2 abstenções. **PARECER 065/08 – INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – Pré Projeto – Fundo Nacional de Saúde. Aquisição de Equipamentos. Proposta de R\$ 2.097.000,00.** Após alguns esclarecimentos, por representante da Entidade é encaminhado para votação, sendo aprovado por 24 votos favoráveis, nenhum contrário e 2 abstenções. Prosseguindo, a Coordenadora MARIA LETICIA lembra que todos os conselheiros receberam dentro do envelope o Parecer 051/08, sobre a Dengue, que é para que todos tomem conhecimento. Não iremos fazer a

51 apreciação do mesmo. Continua sobre o assunto o Vice Coordenador do Conselho,
52 OSCAR PANIZ, dizendo de que deveremos fazer uma Plenária sobre esse tema. Esta
53 semana estivemos no Conselho Estadual de Saúde, com a Mesa Diretora do mesmo,
54 para tratarmos deste assunto, que não interessa somente à Porto Alegre, mas aos
55 demais municípios da grande Porto Alegre. Está marcado para 13 de novembro uma
56 Plenária do Conselho Estadual de Saúde, que acontecerá no Cais do Porto, o local será
57 informado, combinando com um evento promovido pela ANVISA, onde se aproveitará a
58 oportunidade realizando uma pauta sobre a Dengue, com os municípios da grande Porto
59 Alegre. Dentro dos informes registra o Conselheiro OSCAR PANIZ o falecimento do
60 Senhor PAULO VIÁRIO, em 11 de outubro. Pessoa que já pertenceu à este Conselho
61 Municipal de Saúde. Residia atualmente no Lami. Por problemas de saúde afastou-se da
62 militância da saúde, para onde pretendia retornar em breve. Infelizmente faleceu e é mais
63 uma pessoa que pode-se afirmar ter contribuído para o engrandecimento deste nosso
64 Conselho Municipal de Saúde. Prosseguindo diz a Coordenadora MARIA LETICIA que
65 recebemos uma solicitação do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
66 da 5ª Região, solicitando um espaço na Plenária do Conselho Municipal de Saúde para
67 homenagear o Dia do Profissional Terapeuta e Terapeuta Ocupacional, que ocorreu em
68 13 de outubro. Fará uso da palavra a Conselheira VERA TERESINHA LORO RAMOS
69 LEONARDI. Diz então a Senhora VERA, que em 13 de outubro foi comemorado o dia do
70 Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional. Logicamente temos muitas alegrias, mas
71 temos muitas coisas em que precisamos lutar para qualificar melhor a profissão. Neste
72 sentido trazemos aqui duas posições. Uma de alegria, dizendo que o CREFITO tem
73 recebido informações de que vários municípios estão providenciando Concursos Públicos,
74 colocando profissionais a disposição da população Fisioterapeutas, tanto na área de
75 Atenção Básica. Ainda não conseguimos o Terapeuta Ocupacional.. A preocupação que
76 tem chegado ao Conselho. A Fisioterapia aqui em Porto Alegre está centralizada. Esta é
77 uma preocupação, pois parte da população não consegue atendimento no Centro. Temos
78 esta preocupação com a descentralização dos nossos profissionais. Então deixamos aqui
79 a nossa preocupação em constituir um Sistema Único de Saúde que possa oferecer à toda
80 população, seja ela do centro ou de periferia um atendimento de qualidade. Sabemos que
81 grande parte da população não consegue acesso ao Centro. Obrigado para todos.
82 Continua a Coordenadora MARIA LETICIA informando que sobre o Regimento Interno,
83 finalmente, após alguns meses, recebemos a autorização para que o mesmo seja
84 publicado no Diário Oficial. Outra informação é de que o recurso devido ao Hospital Vila
85 Nova, de R\$ 120.000,00 acordado aqui, ainda não foi pago. Registramos também o
86 recebimento do Relatório de Gestão Financeiro, do Segundo Trimestre deste Ano. Sobre
87 o debate de amanhã, que todos sabem, estamos perseguindo esta atividade desde
88 agosto. Logo que soubemos os candidatos que iriam para o segundo turno marcamos a
89 data para o dia 17, sexta feira, na Câmara de Vereadores, Auditório Ana Terra. Fizemos o
90 convite aos candidatos. Ontem recebemos a resposta definitiva dos candidatos. A
91 Candidatura José Fogaça respondeu: “Coligação Cidade Melhor agradece o convite do
92 Conselho Municipal de Saúde para participar do evento do dia 17, as 19 horas.
93 Infelizmente a agenda impossibilita a participação em todas as agendas e em comum
94 acordo com a outra candidatura, optamos por não participar em debates em entidades,
95 conselhos e afins. Novamente agradecemos o convite. Assessoria de Imprensa. Fogaça
96 15. Por uma cidade melhor. Futuro Melhor.” Da candidata da Frente Popular recebemos:
97 “Confirmamos a presença da Candidata da Frente Popular às 19 horas no Debate do
98 Conselho. Coordenação de Agenda da Frente Popular – 13.” A Comissão entende que
99 fará então, não o Debate, mas uma conversa com a candidata, que se dispôs a
100 participar, pois entendemos que a Saúde é Prioridade. O Conselheiro OSCAR PANIZ, diz

101 que foi organizada uma forma de participação pelo Grupo de Trabalho. Foram
102 encaminhadas cinco perguntas para os dois candidatos, de forma antecipada. Sobre os
103 demais conselheiros, nossa proposta é de que se façam 20 perguntas. 10 para usuários,
104 sete para trabalhadores e 3 para Prestador/Gestor. Elaboramos um formulário que ficará
105 a disposição até o final da Plenária de hoje, sendo que as perguntas formuladas serão
106 colocadas dentro de envelopes, por segmento. Amanhã, caso haja mais perguntas do que
107 estas 20, sortearemos as que serão formuladas. Amanhã não aceitaremos perguntas.
108 Ressalta a Coordenadora MARIA LETICIA que o debate é aberto para todo mundo,
109 contudo as perguntas serão feitas apenas por Conselheiros. Seguindo os informes, hoje
110 inicia o 4º Seminário de Aniversário da UBS Santa Cecília e 2º Encontro de Ex-
111 Residentes do Serviço de Atenção Primária à Saúde. Será no Auditório José Baldi, no
112 Hospital de Clínicas, sendo que amanhã, dentro destas comemorações, o nosso
113 Conselheiro HUMBERTO SCORZA, as 17 horas, estará apresentando o Painel “Para
114 fazer o SUS acontecer: Reflexões de um Servidor Público de Saúde”. Será uma forma de
115 se despedir do Serviço Público, uma vez que todos sabem que o HUMBERTO teve de se
116 aposentar compulsoriamente. Quem puder estar lá, será muito importante a presença.
117 Prosseguindo recebemos, de nosso conselheiro NEWTON MUNHOZ, o Projeto de
118 Cirurgias Eletivas de Média Complexidade e gostaríamos que o mesmo ajudasse a
119 esclarecer sobre o mesmo. Fala então o Senhor NEWTON, dizendo que foi aprovado no
120 dia 10 de outubro, pelo Ministério da Saúde, a Portaria 2.314, que repassa ao Rio Grande
121 do Sul mais de 16,3 milhões de reais para cirurgias de média complexidade. Com isto
122 está contemplado neste Programa que o município de Porto Alegre, como é de Gestão
123 Plena, está contemplado. Estão contemplados Programas de combate as causas
124 prevalentes à cegueiras, Programa de Redução de Agravos em Otorrinolaringologia,
125 Programa de . Ampliação de Acessos à Heliografias, Programa de Incremento a cirurgias
126 relacionadas à Saúde da Mulher, Programa de Ampliação de Cirurgias Eletivas em
127 Especialidades. É um extrateto. Os Prestadores, com apenas a utilização de uma AIH
128 diferenciada, de uma PAC diferenciada podem receber estes serviços. Lembro do Hospital
129 Vila Nova, que deve ter uma ociosidade neste tipo de serviço e, poderá se habilitar.
130 Manifesta-se a Conselheira HELOISA ALENCAR, sugerindo que a Secretaria de Saúde do
131 Município apresente, num prazo curto, o Plano de Cirurgias Eletivas que pode envolver
132 este recurso. Segue a Coordenadora, informando que nesta data de 16 de outubro foi
133 publicado no Diário Oficial do Município a Lei 10.556, de 14 de outubro, que cria o “Comitê
134 de Tolerância Zero para a Mortalidade Por Câncer de Mama e dá outras Providências”. O
135 Conselho Municipal de Saúde faz parte deste Comitê e para breve estaremos buscando
136 um Conselheiro para compor este Comitê. Fala a seguir o Senhor PEDRO RIBEIRO,
137 membro da Comissão de Comunicação, Informação e Informática deste Conselho. Quero
138 informar que a Comissão está fazendo contato com todas as Entidades que tem acento no
139 Conselho para se agregarem a uma estratégia de divulgação, da ampliação da divulgação
140 das informações do Conselho Municipal de Saúde. Começaremos com a divulgação da
141 Ata das Plenárias, resumida. Também divulgaremos a Pauta principal das reuniões
142 Plenárias. Informo também, pelo Conselho Distrital da Glória/Cruzeiro/Cristal que em 4 de
143 novembro próximo teremos pauta única, com o tema trazido pela MARIAMULHER, que
144 será Saúde da População Negra. Outro informe é de que acessamos ao Fundo Nacional
145 de Saúde e o Convênio assinado entre Prefeitura e Fundo Nacional de Saúde para a
146 reforma do PACS, de 14 milhões, está parado, com diversas pendências. Também
147 informamos que estamos na iminência de fechamento do núcleo da FADERGS, dentro do
148 Centro de Saúde da Vila dos Comerciantes. É um Núcleo ativo e histórico na região. Foi
149 implantado com o Controle Social da Região. Estamos solicitando que os Conselheiros
150 que tem acento no Conselho Estadual de Saúde, levem este assunto para lá. E como

151 último informe o CAPS AD que ainda não se instalou em definitivo, apesar de inaugurado,
152 o psiquiatra, que era um servidor concursado, exonerou-se. A Secretaria está com
153 dificuldade de colocar outro profissional lá, pelo Regime de Trabalho. A Equipe, apesar de
154 tudo, estava realizando um bom trabalho. O próximo informe vem do Conselho Estadual,
155 onde, conforme correspondência, está sendo cancelada a XIII Plenária Estadual de
156 Conselhos de Saúde que seria realizada em 31 de outubro e 01 de novembro em função
157 da dificuldade de operacionalização, considerando o período atípico de eleições, neste
158 ano. Fica mantida a Plenária Nacional. Continuando, diz a MARIA LETICIA, que por
159 diversas vezes foi solicitada a Proposta Orçamentária para o ano de 2009 da Saúde.
160 Ontem era o prazo de entrega na Câmara de Vereadores e nós ainda não havíamos
161 recebido. Agora, o Senhor JAMES passou a proposta para 2009, de Orçamento, que
162 será devidamente analisada. Iniciam-se os informes dos Conselheiros e visitantes. Inicia-
163 se com a Senhora SARA RODRIGUES, que vem representando a Escola Técnica
164 Universitário. Ressalto que sou Conselheira de Saúde no Município de Esteio e trabalho
165 no Hospital São Camilo. Estamos buscando o Conselho de Saúde, em Porto Alegre,
166 porque entendemos isso ser muito importante, pois estamos com Cursos Técnicos, três da
167 área de saúde. Nutrição, Enfermagem e Radiologia. Estamos colocando nossos alunos a
168 disposição do Conselho de Saúde, dos Prestadores, para prestarem serviços voluntários,
169 estágios obrigatórios, nas entidades que trabalham com saúde em Porto Alegre. Agora no
170 dia 19, domingo, temos um evento que é um Curso Básico sobre Primeiros Socorros e
171 Dicas de Saúde. Será um curso de 10 horas de duração. No último sábado de outubro e
172 primeiro sábado de novembro, estaremos fazendo curso de Ressonância Magnética.
173 Para maiores informações, estamos a disposição no Universitário – Escola Técnica.
174 Estamos a disposição para divulgar os informes do Conselho de Saúde, para nossos
175 alunos, pois na verdade são usuários do SUS. Obrigado. Fala o Conselheiro PAULO
176 GOULART, que traz um convite dos funcionários do Conceição. É o Iº *Encontro de*
177 *Atenção Domiciliar da Região Sul e IIº Seminário Gaúcho de Atenção Domiciliar* que
178 acontecerá nos dias 23 e 24 de outubro no Anfiteatro Jorge Escobar Pereira Lima,
179 Sarmento Leite, 245. E deixo minha saudação aos médicos e professores, pois nesta
180 semana se comemoram as datas destes profissionais. Deixo registrada minha surpresa
181 pois o candidato JOSE FOGAÇA disse que irá instalar 110 Equipes de PSF, mas a 4
182 anos foi assinado um Convênio com o GHC, em que se instalaria mais 30 equipes de
183 Saúde da Família e que até agora não foi cumprido. Seguem os informes com a SILVIA
184 GIUGLIANI, que reforçando o que o PEDRO falou, sobre os contratos, recordo-me que há
185 várias Plenárias a gente sinaliza isto. De que os contratos estão sendo feitos por quatro
186 meses. Da mesma forma que o SAMU também trouxe. Ou seja, a Equipe da Cruzeiro
187 incompleta, da Leste também, da Lomba/Partenon também. Eles não tem condições de
188 funcionar como CAPS, como prevê a Portaria. As coisas tem-se complicado no sentido do
189 cuidado com a população, de efetivamente oportunizar o atendimento que está se
190 dizendo que está sendo oferecido. Acho que este é o nosso papel, ou seja, de dar
191 visibilidade às questões, não somente no sentido de identificar problemas, mas no sentido
192 de que os problemas precisam ser solucionados. Não o serão de quatro em 4 meses. Há
193 necessidade de Recursos Humanos. Já se pensou aqui num estudo. Escrevi-me para
194 socializar uma situação, até para estar potencializando Na 1ª Coordenadoria, a Comissão
195 de Saúde Mental está analisando já, em duas reuniões, o Projeto apresentado pelo
196 Hospital Vila Nova, que propõe a ampliação de vagas para Alcool e Drogas. Dia 21
197 visitaremos o Hospital. Infelizmente não sabíamos do prazo, que vence amanhã, 17 de
198 outubro. Solicito a atenção da Coordenadoria, pois estamos analisando o Projeto. Informo
199 também que em 7 de outubro, representado o Conselho Municipal de Saúde, compomos a
200 Equipe que fez o PINASH (Inspeção nos Hospitais Psiquiátricos), no Hospital Psiquiátrico

201 São Pedro. Independente do Relatório, que será construído, há algumas situações muito
202 graves, que entendo que nós, como Conselho Municipal de Saúde, devemos estar
203 apontando em função da complexidade e gravidade de alguns casos. Manifesta-se a
204 seguir o Senhor JOÃO MENEZES, presidente do SINDISAUDE, que primeiramente fala
205 sobre a ULBRA dizendo que nesta semana houveram uma série de paralisações,
206 ocorridas em gente ao Hospital Luterano Independência, em razão de atrasos de salários.
207 Fomos informados pela Direção da ULBA de que o segmento Saúde da Instituição, e
208 vocês sabem que o Senhor RUBEM BECKER está investindo em tudo o que é possível,
209 indo para o Ensino, Esporte, Televisão, Rádio, Planos de Saúde, já colocou a venda o
210 Hospital de Tramandaí, o Luterano da Álvaro Alvin e o Independência, da Antonio de
211 Carvalho. Brevemente teremos novos gestores nestes Hospitais. Outro informe é de que
212 hoje realizamos em frente ao Hospital Conceição um Ato que envolveu várias Entidades,
213 que tem em suas bases Empresas Estatais. Em razão disso este ato foi contra o Projeto
214 de Lei do Governo Federal, tramitando no Congresso, PL 92/07, que trata da criação das
215 Fundações Estatais de Direito Privado. Que vem contra todo o Serviço Público. Este ato
216 foi em frente ao Conceição, que servirá de modelo, de experiência, pois o embrião
217 surgiu lá, através de um dirigente, que teve a idéia de transformar a razão social, o regime
218 jurídico da empresa em Fundação Estatal de Direito Privado. Isso representará a
219 privatização de um serviço que hoje é 100% SUS. Não podemos permitir isso. Este
220 Projeto servirá de modelo para a Cultura, Assistência Social, Saúde e Educação e
221 Previdência Complementar. É um ataque ao Serviço Público, em áreas que tem de ser por
222 conta do Estado. E por último, não querendo ser chato, mas sendo chato, pois em nossa
223 base, do SINDISAUDE, tínhamos apenas 3 hospitais problemáticos, na questão
224 financeira, que é o Hospital de Guaíba, que após a última greve houve todo um levante na
225 sociedade de Guaíba e está se possibilitando a sua estabilidade financeira. No Vila
226 Nova, após a última greve, conseguimos o equilíbrio financeiro, que também tem de se
227 estar sempre atento e por isso venho reclamar mais uma vez. Na última plenária fui rude
228 com o JAMES, com algo que ele se comprometeu, dizendo-me que o recurso de 120 mil
229 dependia somente de uma documentação. Passaram-se 3 ou 4 semanas e não aconteceu
230 e na última plenária o JAMES disse “amanhã estou sentando com a Direção do Vila
231 Nova para resolver isso”. Mas, até hoje nada. Continua o recurso na Prefeitura e o Vila
232 Nova sem receber. Não fiquem nos enrolando. O terceiro Hospital é a Beneficência
233 Portuguesa que felizmente está pagando os salários em dia e está se recuperando.
234 Obrigado. Manifesta-se o Conselheiro RENE, dizendo ser muito doloroso falar sobre a
235 morte de nosso amigo PAULO VIÁRIO. Era um dos grandes incentivadores da Saúde.
236 Perdemos uma pessoa excepcional, haja vista que quando da Municipalização da Saúde,
237 muitas vezes com dinheiro do próprio bolso tivemos de ir à Brasília. E lá ele estava. Como
238 foi ativo a favor dos professores, quando estive no CEPERS Sindicato. Foi um grande
239 batalhador pela criação da UERGS. Portanto, com lástima registro este acontecimento. E
240 outro assunto, Senhor JAMES, a respeito do Vila Nova. Como os senhores não
241 colocaram nenhuma pedra no Hospital da Restinga e não demonstraram este interesse,
242 pois passaram 4 anos e nada aconteceu. Peço aos senhores, em nome da justiça social
243 e daqueles que, apesar de estarem à margem da sociedade, como presidiários, este
244 hospital abraça. Os demais não oferecem nem a parte dos fundos. Em nome daqueles
245 seres humanos, como nós, que consomem drogas, e dentro de cada um de nos existe
246 esta culpa social por não poder fazer por este companheiro, com que ele volte e se
247 reintegre à sociedade. Peço novamente que pague o Hospital. Nós, da minha região,
248 dependemos deste Hospital. São pessoas abnegadas, que trabalham de fato. Por amor a
249 camiseta. Não pagando, em casa, passam fome. O Secretário da Saúde nunca foi no Vila
250 Nova. Os que menos recebem são os que não são vistos. Manifesta-se o Conselheiro

251 JOSÉ CARLOS VIEIRA. Que inicialmente convida a todos os amigos e demais pessoas
252 para a missa de 7º dia do PAULO VIÁRIO, que será no domingo, as 9 horas em Belém
253 Novo. Preciso fazer um registro, que não gostaria de fazer. Isto aconteceu, no início de
254 nossa Conferência de Saúde, no ano passado, contra minha pessoa. Retornou
255 novamente agora, na campanha política, atacando a minha pessoa. Quero deixar
256 registrado o que a Gerência Distrital da Restinga/Extremo Sul está fazendo com minha
257 pessoa. Venho cobrar aqui, a minha obrigação de comunitário. Do que está deixando de
258 ser feito para minha comunidade, para Porto Alegre, para todos nós. E este Gestor Público
259 resolveu atacar-me pessoalmente, principalmente na minha vida particular, o que não
260 cabe a nenhum deles. Ir à Polícia, pegar minha ficha e expor para a comunidade, dizendo
261 que sou mau caráter, uma pessoa não digna de representar minha comunidade. Quem
262 não tem uma briga em casa? Qual o Líder Comunitário que não tem uma bronca? Houve
263 uma representação contra mim no TRE (Tribunal Regional Eleitoral) e estou lutando
264 contra isso, pois está sendo dito que a pessoa não se elegeu por culpa minha, de
265 distribuir um Boletim Informativo. Eu não fiz Boletim Informativo nenhum, contra ele. Ele é
266 um profissional. Uma pessoa boa. Um ótimo médico, como profissional, mas não para
267 atacar a minha vida particular. Isso eu quero deixar registrado. Estou tomando todas as
268 providências e vou gastar centavo por centavo do meu bolso, para provar a minha
269 dignidade, a minha honestidade. Manifesta-se a seguir o Senhor PAULO, funcionário do
270 SAMU, dizendo que após quinze dias que estive aqui, venho confirmar que o pessoal foi
271 mesmo demitido (os motoristas contratados temporariamente). Temos 10 que estão em
272 treinamento agora. Não se sabe quando eles vão assumir o serviço afim. A partir de
273 agora, até o fim do mês, temos uma rotatividade de Bases do SAMU sendo fechadas, por
274 falta de técnicos de enfermagem. Um dia fecha num bairro, noutro dia fecha em outro
275 bairro. Ontem aconteceu um caso gravíssimo, na Rótula do Papa, onde uma pessoa foi a
276 óbito, e não estou aqui dizendo que foi à óbito porque a ambulância do PACS estava
277 sem técnico e portanto em FA (?) para fazer o atendimento. Teve de sair uma ambulância
278 do HPS para fazer este atendimento, quando havia uma a um minuto dali. Então isto está
279 acontecendo e as comunidades estão sendo prejudicadas por esta rotatividade. Ou seja,
280 estão entrando profissionais com falta de capacitação e ao mesmo tempo não estão sendo
281 abertos plantões de horas extras para que os profissionais pudessem ser ocupados para
282 fazer a substituição. Queria perguntar ao Dr. JAMES pois em 2005 houve um Termo de
283 Ajustamento de Conduta, com relação a psiquiatras para trabalhar no SAMU, porque a
284 Portaria 2048 diz que teríamos que ter duas ambulâncias em Porto Alegre, com equipe
285 montada, equipadas com almofadas internas e até hoje não aconteceu.
286 Surpreendentemente tivemos dois profissionais psiquiatras lotados no SAMU que nunca
287 fizeram plantão no SAMU. Obrigado. Fala a seguir a Senhora TANIA FAILLACE dizendo
288 que pela tarde participou da Plenária do Conselho Estadual e lá, novamente, aconteceu
289 como em vezes anteriores que o Orçamento da Saúde foi encaminhado para a
290 Assembléia Legislativa, sem passar pelo Conselho. Com informações de que teriam
291 ultrapassado as aplicações de Emenda 29. Manifesta-se a Conselheira SANDRA PERIN
292 dirigindo-se ao representante do Gestor, Senhor JAMES. Diz que estamos em época de
293 elaboração do PAM 2009 e a Política de DST não chamou a sociedade civil, o Conselho,
294 e não queremos que se repita o que aconteceu no ano passado que o Plano de Ações e
295 Metas foi construído em janeiro de 2008. Gostaríamos de fazer isto. A Comissão já
296 solicitou e não obteve resposta até agora. Seguindo manifesta-se o Conselheiro ANTONI
297 LOSADA, da região Sul-Centro Sul. Participo também das homenagens de passamento
298 do nosso companheiro PAULO VIÁRIO, que foi um trabalhador que contribuiu muito para
299 a organização popular, e que nesta hora tem de ser lembrado por todos nós. Não são
300 somente os figurões, os políticos profissionais, os ministros, os generais, que merecem.

301 Um trabalhador, quase que anônimo, que contribuiu tanto tem de ser lembrado e
302 homenageado por todos nós. Por outro lado todos sabem das dificuldades que passamos
303 na periferia da cidade. Para manter o mínimo de organização. O mínimo de habitualidade
304 nas reuniões. Cada vez nos desdobramos mais, pois não temos o mínimo de infra-
305 estrutura. Tanto funcionários como usuários são uns heróis, para manter esta base
306 funcionando. Faço um registro do que está acontecendo em minha região, na Unidade de
307 Saúde Nonoai, onde está havendo um desentendimento pois três profissionais médicos
308 não querem mais permanecer na Unidade por atritos havidos com outros trabalhadores.
309 Os usuários não tem nada a ver com isto, mas estão sendo penalizados. Estamos
310 fazendo uma sindicância com a comunidade, as médicas e a enfermeira para ver o que
311 está acontecendo. Manifesta-se a Coordenadora MARIA LETICIA dizendo que o Conselho
312 está recebendo esta denúncia pela primeira vez e temos uma Comissão de Fiscalização
313 que poderá ir lá ver o que está acontecendo. A Dra. ADRIANA ROJAS, do SIMERS
314 solicita manifestar-se pois conhece a situação. Diz ela que estes três médicos estão lá há
315 12 anos. Querem sair por motivos de uma nova gestão na Unidade. Fiquei sabendo, pois
316 uma usuária, que era Agente Comunitária, e hoje é usuária, ligou-me narrando a situação.
317 Disse que há um abaixo-assinado de 120 pessoas solicitando que os profissionais não
318 saiam. Solicitei que ela pedisse para uma das médicas me ligar e informar o que se
319 passava. A versão que tenho, até agora, é de que a nova Coordenação está atuando em
320 Regime Ditatorial. Sendo assim as médicas solicitaram para se deslocar, com todo o
321 direito. Sabemos que lidamos com gente e se estou “nova “ no local e existe uma coisa
322 que está funcionando a 12 anos, com o usuário satisfeito, penso que alguma coisa tem de
323 ser reavaliada. Dando prosseguimento à Plenária a Coordenadora MARIA LETICIA
324 coloca o primeiro ponto de pauta, que é a resposta do Gestor ao nosso documento,
325 emitido em função de nossa manifestação de 18 de Setembro chamado “Ato Em Defesa
326 da Vida”. A resposta foi-nos repassada, fora do tempo hábil, combinado, de 10 dias. Pelo
327 tempo que foi solicitado achei que iriam apresentar documentos. Não é isto que está
328 colocado no documento. Passo para o Conselheiro OSCAR, pois já fizemos a resposta,
329 mas ele se manifesta. Diz então o conselheiro OSCAR PANIZ que, com base na
330 resposta do Gestor, fiz a minha avaliação e que preciso que seja compartilhada com
331 outras pessoas, pois não pode ter somente o meu olhar em relação ao que foi
332 respondido. Quero ressaltar que nossa idéia nunca foi de fazer disputa partidária. Para
333 nós, a resposta chegou com esta conotação. Colocamos coisas para se obter respostas.
334 Então, como eu fiz a minha resposta e outras pessoas que ajudaram a fazer o documento
335 ainda não puderam dar a sua resposta, pretendemos trazê-la futuramente, pois para nós
336 isto não se esgota na eleição da semana que vem. Independente da eleição, a vida
337 continua e é isto que deixamos claro no documento. Isso de ficar comparando gestão com
338 gestão, não vale para nós. Temos todo um registro histórico, independente de quem
339 passou na Gestão. Pretendemos, então, na próxima plenária, ganhando quem ganhar,
340 trazer a resposta deste documento. A Coordenadora MARIA LETICIA segue a pauta,
341 trazendo par discussão a questão do MURIALDO. Não irei repetir toda a história, que tão
342 bem conhecemos. O fato novo é de que recebemos, do SINDISEPE, na terça feira
343 passada, cópia do Termo de Compromisso assinado pelo Secretário Estadual da Saúde,
344 OSMAR TERRA e pelo Prefeito, em exercício, ELISEU SANTOS. Todos os conselheiros
345 receberam uma cópia, nos seus envelopes. Entendemos que este Termo foi assinado por
346 estarmos justamente em um período eleitoral, porque estamos fazendo esta discussão do
347 Murialdo há muito tempo. Chamamos, como Conselho, esta questão, de várias formas.
348 Levamos esta preocupação ao Ministério Público Estadual, e que levou este a solicitar a
349 Antecipação de Tutela, com relação a Municipalização do Murialdo, que não foi acolhida
350 pela juíza que julgou a situação. Insistimos, e mesmo assim, a resposta que foi dada,

351 inclusive no dia 18, foi de que o valor repassado pelas Unidades era um valor pequeno e
352 somente começaria-se a falar em valores, a partir de 500 mil reais. Está se tratando a
353 Saúde das pessoas e a Saúde de uma população, que está em total desassistência, de
354 uma maneira rebaixada, como se fosse um mercado persa. Passo a palavra para o
355 representante do SINDISSEPE, CLAUDIO AUGUSTIN, que fez contato com o Conselho
356 Municipal de Saúde, querendo se manifestar a respeito deste Termo de Compromisso.
357 Fala então o Senhor CLAUDIO AUGUSTIN, dizendo que não retomará o debate sobre a
358 questão do Murialdo e sugiro que o faça em outra Plenária, por inteiro, devido a
359 importância que tem para Porto Alegre. Em julho, de forma muito sucinta, os trabalhadores
360 e os residentes do Murialdo entraram em greve, por um período de 14 dias. Os motivos
361 eram as péssimas condições de trabalho e ensino. Houve um processo de negociação
362 com a Secretaria Estadual da Saúde, que se comprometeu com várias coisas e não
363 cumpriu. Uma questão primeira, era a definição de responsabilidade entre Gestor
364 Estadual e Municipal, sobre a questão de atendimento à população do Partenon. A outra,
365 sobre a questão do Ensino. Neste aspecto o Secretário Estadual solicitou um prazo até 31
366 de dezembro de 2008, para definir esta questão, para que de lá, deste período de julho,
367 haveria um processo de discussão. Nesse meio tempo ocorreram duas Audiências
368 Públicas na Câmara Municipal de Porto Alegre, em que estas informações e o processo
369 de negociação não foram devidamente prestadas, na nossa avaliação, assim como na
370 Audiência que se teve aqui e que se solicitou, após ato e uma caminhada até a
371 Secretaria Estadual da Saúde, em que se tentou uma reunião conjunta entre os dois
372 Secretários para definir esta questão, iniciar o processo de negociação. O Secretário
373 Municipal não participou desta audiência, retirando-se um pouco antes do início da
374 mesma. Nós estávamos lá e ele não participou. Após tivemos uma Plenária no Conselho
375 Estadual de Saúde, chamada, com pauta específica. Chamados diversos entes. A
376 Secretaria Municipal de Saúde não compareceu. Isto foi em 2 de outubro. Em 10 de
377 outubro, foi assinado um Termo de Compromisso entre o Gestor Estadual e Gestor
378 Municipal. Entendemos que este Ato é ilegal. E é isso que nos traz aqui. É ilegal porque
379 na cláusula 1ª do Termo diz: “O presente Termo de Compromisso tem por Objeto
380 promover Gestão compartilhada do Centro de Saúde Escola Murialdo”. A Constituição
381 Federal não permite que haja Gestão Compartilhada entre órgãos públicos. Somos uma
382 Federação. O Órgão Público esta vinculado a uma instância. Não pode ter dois
383 responsáveis pela Gestão do mesmo órgão. Pode ser por outras formas, como Convênio,
384 ações conjuntas. Na cláusula 3ª aparece uma contradição com a cláusula 1ª, quando diz
385 que é um processo de Municipalização do Murialdo. Ou se faz a municipalização ou
386 mantenho ele como Estado. Gestão compartilhada, ao mesmo tempo, é impossível. Fica
387 a municipalização do Murialdo como Assistência, e o Ensino e Pesquisa seria com o
388 Estado, que faz ensino e pesquisa, pelo organograma da Secretaria. O que é grave, é a
389 cláusula, 5ª. “A vigência do presente instrumento será até 31 de dezembro de 2008”.
390 Então, estamos diante de um Termo de Compromisso em que seu objeto é ilegal. Ele
391 trata de questões contraditórias com a cláusula terceira e com o prazo de validade. Não
392 podemos esquecer que estamos em um ano que encerra o mandato do atual Gestor. A
393 Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe qualquer ato que envolve aumento de despesa, que
394 não esteja devidamente previsto antes dos 6 meses do final do mandato. Por esta razão
395 que se estabelece estes prazos, e desta forma é um Termo de Compromisso, com prazo
396 de validade, sem base legal. Fica muito mais sério este Ato. E se somarmos à ele as
397 declarações do atual Prefeito e manifestações através de panfletos, sendo distribuídos,
398 em que diz “que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre assumiu a Gestão do Murialdo”.
399 Assim como a declaração do Prefeito Municipal, que é candidato também, num debate
400 que teve na Rádio Gaúcha, ontem ou no dia anterior, onde ele disse que houve a

401 municipalização do Murialdo. Isso nos preocupa muito, pois o Murialdo é um problema
402 antigo, mas o mais sério é a falta de atendimento da população do Partenon. Se pegarmos
403 os índices epidemiológicos da região do partenon, eles falam por si só. A capacidade de
404 atendimento que tem o Murialdo é muito aquém das necessidades mais elementares
405 daquela região. Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA, lembrando, a título de
406 informação, que o Conselho Municipal de Saúde fez um pedido ao Ministério da Saúde
407 para que viesse atuar como intermediário desta situação. Isso muito antes deste Termo
408 de Compromisso. Fizemos um contato com o Ministério da Saúde, que através de um
409 Parecer Técnico concordava com nossa solicitação e sugerindo uma reunião ampliada
410 dos conselhos de saúde, dos gestores municipal, estadual e federal, um representante do
411 CONASS e um representante do CONASEMS. Antes de ontem entramos em contato com
412 o Conselho Nacional de Saúde, onde haveria uma reunião da mesa Diretora para tratar
413 deste assunto. À Secretária do Conselho Nacional que me atendeu, disse que havia
414 urgência neste tema, mas que havia dificuldade de agenda de todos os envolvidos, mas
415 que assim que tivesse uma data entraria em contato conosco. Solicitamos que isto ocorra
416 antes do final do ano. Fala a seguir o senhor PEDRO RIBEIRO, recomendando que a
417 análise feita pelo colega CLAUDIO deva ser por escrito e também encaminhada à
418 Promotora MARINES ASSMANN. Quero retomar também o que foi escrito pelo candidato
419 a Prefeito, quando ele refere a motivação partidária. Sobre o que foi feito, não há
420 motivação partidária, apesar de estar em panfleto? E outra coisa é se vamos acreditar
421 que criancinha nasce embaixo de pé de repolho, pois se até hoje não houve tempo para
422 se estabelecer um acordo, um consenso entre município e estado e agora, neste prazo,
423 está dito que será feito. Também, na Cláusula 2, não diz que está assumindo e sim que
424 será discutido. Precisamos fazer com que isso repercuta fora desta sala. Manifesta-se a
425 CLAUDIA que é trabalhadora do Murialdo, dizendo que está muito difícil a situação para
426 os trabalhadores neste momento, pois estamos fazendo uma grande força para que a
427 coisa mude. Nós funcionários, e eu mesmo já passei por algumas Comissões que
428 aconteceram ao longo destes anos. O que está acontecendo agora, não é novo para nós.
429 Jogar com estas promessas, que cria uma expectativa nas pessoas, de que as coisas
430 realmente vão acontecer, cria um desgaste muito grande também. Tivemos hoje uma
431 reunião com a Direção do Murialdo, e nós, como movimento de greve, colocamos nossas
432 idéias em relação a participação nesta Comissão de Negociação, muito embora
433 estejamos concordando de que este Termo é ilegal. Ao longo destes anos estas
434 Comissões que aconteceram lidavam com esta idéia de Gestão Compartilhada, e que na
435 verdade se mostrou inviável pela própria prática. Nunca se conseguiu municipalizar nem
436 fazer esta gestão compartilhada onde o Estado fica com o Ensino e o município com a
437 Assistência. Porque? Porque o nosso Ensino é a própria Assistência. Então, não dá para
438 separar. Isto é que a gente tem de ajudar aos Gestores a reconhecer, através de nossos
439 esforços, da nossa consciência. Desde o ano passado encaminhamos uma Proposta
440 alternativa em relação a isto, que não implica numa Gestão Compartilhada, mas que o
441 Murialdo permaneça com uma parcela da população, não de como está hoje, mas em
442 condições daqueles que ensinam também estarem trabalhando. Quero ressaltar que nós
443 trabalhadores também estamos a frente disso, e estamos sendo muito pressionados,
444 inclusive impedidos de entrar no prédio. Chegou a este ponto. Não estamos em casa
445 fazendo greve. Estamos ali para que melhorem as condições de trabalho, não somente
446 dos salários. Melhores condições para atender a população. Então, é grave e triste para
447 nós, mas continuamos tentando. Tem um Projeto. Às vezes ficamos sentados esperando.
448 Mas neste caso temos um Projeto e queremos ser ouvidos, pois acreditamos que ele é
449 adequado, tanto para a melhoria do atendimento da população, quanto a uma coisa
450 muito importante, que é a formação dos profissionais que estão trabalhando no SUS.

451 Temos que valorizar esta história do Murialdo. Tem de reforçá-la. Contamos com a
452 capacidade de multiplicação disso, neste espaço e entregamos ao Conselho Municipal de
453 Saúde a nossa Proposta de Projeto, que foi entregue em outubro de 2007, nas mãos do
454 Secretário OSMAR TERRA. Manifesta-se a seguir a Conselheira HELOISA ALENCAR,
455 dizendo que conhecemos bem esta história e temos o papel, quanto Conselho de Saúde,
456 de encaminhar algumas questões que dizem respeito a defesa ao direito a saúde
457 daquela população do Partenon. Quando a Doutora MARINES ASSMANN encaminhou a
458 questão de Tutela Antecipada, a juíza argumentou que como o Posto Central do
459 Murialdo estava com Plantão, a população não estava desassistida. Entendeu ela que a
460 população tinha lá um recurso, mesmo que precário. Mas, neste intervalo de tempo, entre
461 o primeiro movimento de rever, e o segundo movimento, de greve, há relatos da
462 população de que óbitos aconteceram. Pelas condições péssimas de atendimento.
463 Aquela população tem sim os piores indicadores de saúde da cidade. O Conselho
464 Municipal de Saúde tem o papel sim de encaminhar uma questão criminal com relação
465 aos gestores da saúde. Uma pessoa morrer sem assistência, não é possível. Isso não é
466 culpa dos trabalhadores, que estão fazendo sua greve, principalmente por trabalhar com
467 o mínimo de decência. Até o Gestor federal tem de ser incluído pois não veio olhar uma
468 questão que nós solicitamos, a mais de mês. Então esta é a proposta, de denúncia crime
469 contra os gestores públicos. A segunda questão, independente da Proposta de Projeto
470 entregue pela CLAUDIA, penso que temos uma experiência que tem de ser visitada, em
471 Porto Alegre, e que talvez seja pouco conhecida, que é da Unidade de Saúde Santa
472 Cecília, que já foi pauta de Plenária e que é uma boa experiência desta coisa de Gestão
473 Compartilhada, partilhada. Está comemorando 4 anos e lá tem funcionários municipais,
474 federais, estaduais. Não é a “paz dos céus” mas é um serviço Nota 10. É uma experiência
475 de conhecer. Penso que os trabalhadores do Murialdo, a população do Partenon,
476 deveriam solicitar que a mesma lhes fosse apresentada. É uma experiência diferente
477 onde tem a Universidade Federal, que é uma instituição de ensino, tem o Hospital de
478 Clínicas, que é um Hospital Escola e tem a Secretaria Municipal da Saúde, isso tudo
479 incluído dentro de um Convênio. No caso do Partenon é o que tem de ser feito.
480 Municipaliza a Rede Básica e convenia com a Escola Murialdo. Manifesta-se a
481 conselheira VERA LEONARDI, dizendo que sua preocupação é de que a população está
482 sendo informada de que a municipalização já aconteceu, o que não é verdade, não é real.
483 A população está sendo enganada e daqui a pouco deverá surgir algum problema. Esta é
484 minha preocupação. O que fazer em relação à população. Fala a seguir o Senhor
485 CLAUDIO AUGUSTIN, dizendo ser esta uma questão muito séria, pois estamos num
486 processo eleitoral que se encerra dia 26. Que é uma coisa. Outra coisa é a forma como
487 esta questão está sendo tratada. O que está acontecendo? Os servidores, os residentes
488 do Murialdo estava, em greve. Com este ato e somadas às pressões e ameaças dentro
489 do Murialdo, já aconteceu que 4 pessoas foram demitidas, pertencentes a FAURGS. O
490 pessoal da FUGAST estava com ameaça de demissão, por Justa
491 Causa. Criou-se um clima de corte de ponto. Está municipalizado perante a população.
492 Temos uma das demitidas aqui conosco, que é a CLAUDIA FELDMANN. Novamente
493 demitida. É um caso sério, pois está criando uma reação da população, que escuta na
494 imprensa de que a questão está resolvida, e é mentira. Isto vai para cima dos servidores,
495 que passam a ser culpados pelo não atendimento. Ou seja, nós estamos sendo culpados
496 pelo não atendimento. É um fato grave, pois atenta com a saúde do servidor e da
497 população. Nós como trabalhadores, não sei muito bem o que fazer. Encaminhar para o
498 Ministério Público. Este vai dizer que não lhe cabe fazer assessoria jurídica do Controle
499 Social. Hoje, no Conselho Estadual de Saúde, foi feita uma discussão sobre a ilegalidade
500 deste Termo de Compromisso. O governo ganhou, por 14 a 12, de que não se devia fazer

501 esta discussão sobre a ilegalidade do Termo. Na minha avaliação, foi muito por não
502 entendimento de toda a questão que estava colocada. Todo mundo quer uma solução
503 para o Murialdo. Temos que ver de que isso não seja mais uma promessa vã e que vai
504 ter conseqüências amanhã, sobre todos nos. Nós vamos sentir na carne. A população vai
505 dizer “ a televisão disse e vocês não estão atendendo”. É complicado. O clima está muito
506 pesado, muito difícil. Não sei, aqui, o que fazer. Manifesta-se a Coordenadora MARIA
507 LETICIA, dizendo que pensa caber sim ao Ministério Público, inclusive os 500
508 computadores, que foram anunciados no Programa Eleitoral, o Conselho entrou com
509 uma Representação, por orientação do Dr. DEROCI, pois somos o órgão permanente e
510 deliberativo do SUS, e na medida em que são vinculadas informações que não são
511 verdadeiras, enganosas, que levam a população a crer que é, e não é, podemos sim fazer
512 isso novamente. Uma denúncia e representar no Ministério Público Eleitoral. Fizemos isso
513 e podemos fazer novamente. Embora passe a Eleição, ganhe quem ganhar, não tem
514 problema. A questão continua. As pessoas têm de responder pelo que disseram. Temos o
515 caso de Gravataí, onde o candidato não pode concorrer. Portanto os encaminhamentos
516 são: a resposta que estamos aguardando do Conselho Nacional de Saúde, onde
517 aguardamos a reunião entre os três gestores para tratar da Municipalização do Murialdo;
518 a pauta exclusiva, para plenária, do Murialdo no Conselho Municipal de Saúde, com a
519 presença da Unidade Santa Cecília; representação no Ministério Público Eleitoral, sobre
520 este documento que foi vinculado, e que é uma propaganda enganosa; e a denuncia
521 criminal em relação as mortes ocorrida em uma das Unidades. Sobre a Nota na Imprensa,
522 as Entidades que fazem parte do Conselho deverão decidir se a publicam pois o
523 Conselho não tem condições financeiras de fazê-lo. Encaminho então, para votação, estas
524 propostas de encaminhamento. O resultado são 34 votos favoráveis, nenhum contrário e
525 3 abstenções. A Coordenadora MARIA LETICIA encaminha a ultima proposta de Pauta,
526 que é de uma Proposta de Resolução 37/08. Lembram que realizamos em 23 de agosto
527 passado um Seminário que tinha como objetivo discutir a Atenção Básica no município
528 de Porto Alegre. O avaliamos como muito importante muito rico. Tivemos convidados da
529 Prefeitura de Belo Horizonte, do Estado da Bahia, da nossa Universidade Federal. A
530 HELOISA fez uma apresentação importante a respeito da trajetória do surgimento do
531 Programa Saúde da Família. Um dos encaminhamentos deste Seminário é de que
532 faríamos uma Resolução que indicaria a Estratégia de Saúde da Família como
533 estruturador da Atenção Básica na cidade de Porto Alegre. Por uma falha nossa, na
534 Plenária passada não ficou no envelope dos Conselheiros a cópia proposta de
535 Resolução. Combinamos que mandaríamos por e-mail e os que não tivessem, passariam
536 no Conselho, para pegá-la. A idéia é de que as pessoas façam suas manifestações a
537 respeito da Proposta e que encaminhem propostas, por escrito, para que não fiquemos
538 discutindo algo onde organizamos um Seminário de dia inteiro, para discutir. Iniciam-se
539 as manifestações. Fala ao Conselheiro NEWTON MUNHOZ, argumentando que uma das
540 cláusulas lhe causou preocupação. “O município de Porto Alegre, através da Secretaria
541 Municipal de Saúde, cria as condições estruturais necessárias para que as Equipes de
542 Saúde da Família tenham vínculos regulares de trabalho, seja na forma de trabalhadores
543 estatutários ou celetistas, vetando-se a forma de contratos terceirizados por Cooperativas,
544 ONGS e OSCIPS;” Esta cláusula me causou preocupação pois existe a Lei Camatta,
545 onde as autarquias públicas estão limitadas à esta Lei, onde não podem contratar, para
546 não ultrapassar um percentual “X” financeiro. Entendo também que o Conselho está
547 desrespeitando duas outras forma jurídicas legalmente constituídas no Brasil, que são as
548 ONGs e OSCIPS. Minha posição é como Administrador. Penso que seremos derrotados
549 em qualquer instância. O JOÃO MENEZES, Presidente do SINDISAÚDE, que propõe, no
550 segundo parágrafo, onde fala “que toda Unidade ou Serviço de Saúde, no âmbito da

551 Atenção Básica, **(mantido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre ou em convênio**
552 **com instituições públicas ou privadas)**". Eu solicito a supressão desta parte,
553 continuando "que venha a ser implantado no município, deve adotar a Estratégia de
554 Saúde da Família". Sabemos que alguns PSFs já vem com Parcerias, como o Moinhos de
555 Vento, o Divina Providência. Ressalto também, que no Projeto que está na Câmara de
556 Vereadores, para a criação dos Cargos do Saúde da Família, estamos defendendo que o
557 Regime de Trabalho deva ser Estatutário. É uma solicitação dos trabalhadores. E com
558 relação a ONGs e OSCIPS, também somos extremamente contrários. A Estratégia de
559 Saúde da Família é responsabilidade do Estado e não pode ser repassada à Terceiros.
560 Temos o exemplo do Instituto Sollus. Manifesta-se a seguir a Conselheira ADRIANA
561 ROJAS, do Sindicato Médico. No meu entender estamos criando um problema para mais
562 adiante, pois é dito no último item " que seja implementada de forma gradativa das
563 Unidades Básicas de Saúde que atuam no modelo tradicional para a Estratégia de Saúde
564 da Família....". Se a gente pensar em que isto seja efetivado. Se mantivermos este item,
565 CLT, que é o que mais nos preocupa como trabalhador o que acontecerá? Daqui algum
566 tempo estará exercendo a mesma função nas Unidades. Alguns funcionários que já são
567 municipais e outros que estão via CLT, que está ainda em discussão. A
568 constitucionalidade desta questão. Não podemos abrir mão do Concurso, até para
569 regularizar a médio prazo e ter funcionários mais ou menos no mesmo escalão, de
570 organização, na Atenção Básica. Manifesta-se a seguir a MARIA REJANE SEIBEL, do
571 Sindicato dos Enfermeiros, dizendo que se agrega a proposta que o JOÃO MENEZES
572 colocou. Queria ressaltar que isto não é apenas uma reivindicação de trabalhadores, de
573 servidores e sim, mas tem de ver muito com o acesso, a qualidade do atendimento da
574 população. Tendo uma contratação via concurso, estatutária, está se falando de
575 democracia, de transparência. Portanto, concordamos com a supressão, conforme
576 proposta do JOÃO MENEZES. Seguindo fala o LAUDENIR, pelo Sindicato dos
577 Municipais, estando plenamente de acordo com o colocado pelo JOÃO MENEZES.
578 Reafirmamos que todos os Servidores Públicos devem ser contratados via Concurso
579 Público. Manifestas-se a HELOISA ALENCAR, que gostaria de se referir ao que o JOÃO
580 MENEZES colocou em relação ao segundo item. Tivemos esta preocupação, em propor
581 desta forma, em relação aos convênios, pois deverá vir na Plenária de 6 de novembro
582 um Convênio assinado com a Associação dos Servidores do Estado do RS, que mantém
583 uma Unidade Básica de Saúde, na Ilha do Pavão. Ela não tem o modelo da Saúde da
584 Família. Uma comunidade paupérrima, na Ilha do Pavão e o Convênio não prevê o
585 formato de Saúde da Família. Então foi neste sentido que propomos. Se tivermos que
586 suprimir, teria de ser de "mantido pela Prefeitura" e deixar amplo. "Que toda Unidade ou
587 Serviço de Saúde no âmbito da Atenção Básica, que venha ser ou que venha se
588 constituir ao SUS deve adotar a Estratégia de Saúde da Família". A Unidade do Hospital
589 Mãe de Deus, da Vila Gaúcha também não é PSF. Por isso que colocamos os parceiros,
590 pois estes, em alguns casos, não estão adotando o modelo de Saúde da Família. Então
591 ficaria "Que toda Unidade ou Serviço de Saúde, no âmbito da Atenção Básica, que venha
592 a ser implantado no município, deve adotar Estratégia de Saúde da Família.". Manifesta-
593 se, na continuidade o Senhor CLAUDIO AUGUSTIN. Diz este que a Constituição Federal
594 diz que a Saúde deve ser Pública e que pode ser complementada em alguns casos, pela
595 iniciativa privada. A lógica que se tem tentado implantar nos últimos tempos é de inverter
596 isso. Vejo com bons olhos uma Resolução, como a que está sendo proposta. A Emenda
597 19, da Constituição a Federal alterou com o Artigo 39 que rompeu com o Regime Jurídico
598 Único. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade promovida pelo Partido dos
599 Trabalhadores e Partido Democrático Trabalhista, em 1989, julgada pelo Supremo
600 Tribunal Federal, em Agosto do ano passado julgou, de forma liminar, que a votação que

601 alterou o caput do Artigo 39 que definiu o Regime Jurídico Único, para o Serviço Público,
602 foi alterado de forma inconstitucional, não tendo votos para mudar a Constituição.
603 Portanto, voltou a vigorar a redação original de 1988 e que diz que tem de ter Regime
604 Jurídico Único. Portanto é ilegal qualquer contrato Celetista, a partir da decisão do
605 Supremo Tribunal Federal. Retoma a Coordenadora MARIA LETICIA, repetindo então as
606 propostas, para que possamos encaminhar. Então neste segundo item da Proposta de
607 Resolução; **“Que toda Unidade ou Serviço de Saúde, no âmbito da Atenção Básica,
608 que venha a ser implantado no município , deve adotar a Estratégia de Saúde da
609 Família”**. No terceiro item; **“Que o município de Porto Alegre, através da Secretaria
610 Municipal de Saúde, crie as condições estruturais necessárias para que as Equipes
611 de Saúde da Família tenham vínculos regulares de trabalhos, na forma de servidores
612 estatutários, vetando-se a forma de contratos Terceirizados por Cooperativas,
613 ONGS e OSCIPS.”** Manifesta-se o Conselheiro NEWTON MUNHOZ, reafirmando, dentro
614 de seu conhecimento como Administrador de Empresas, fazer uma educada ponderação
615 à todos os conselheiros, de que se nós não mudarmos o que estamos votando aqui, se
616 não nos assessorarmos juridicamente, não encontro sustentabilidade jurídica e seremos
617 derrotados ali na frente. Esta é a minha opinião e por isso não concordo com esta
618 proposta de Resolução. Acho que a idéia é boa. A Estratégia de Saúde da Família tem de
619 ser adotada, mas com esta Proposta de Resolução, não. Manifesta-se a Conselheira
620 HELOISA ALENCAR, dizendo que não estamos incorrendo na ilegalidade. Estamos sim
621 demarcando nossa posição com relação a questões, inclusive, leis. Que existem
622 disponíveis. Nós já tínhamos tomado esta posição naquela Plenária tumultuada, no ano
623 passado, no SENAC, quando dissemos não a contratação de uma OSCIP, para cuidar de
624 PSF, independentemente de quem fosse. Se vier um Convênio, para cá, que não cumpra
625 a Resolução proposta, o Conselho votará contra. Se o Prefeito quiser vetar a Resolução
626 do Conselho, pode fazê-lo. Ele tem 30 dias para isso. E pode chamar a Câmara de
627 Vereadores, para votar a Resolução do Conselho. É assim. Isto é uma posição. A
628 Resolução vem para referendar a nossa opinião. A Constituição diz que é estatutário. Nós
629 estamos reafirmando isso. A Coordenadora MARIA LETICIA coloca então em votação a
630 Proposta de Resolução 37/08. A mesma é aprovada por 24 votos, favoráveis 4 contrários
631 e nenhuma abstenção. Nada mais havendo, a Coordenadora MARIA LETICIA, dá por
632 encerrada a Plenária, as 21:10 horas, sendo lavrada a presente ata.

633
634
635
636
637 MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA
638 Coordenadora da Plenária

OSCAR RISSIERI PANIZ
Secretário

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 25/11/2008.

640